

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E  
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

**BIBLIOTECAS-PARQUE COMO ESTRATÉGIA DE CIDADANIA E  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

*Andreza Da Silva Santos (paminho1010@gmail.com)*

*Ana Cláudia Rocha Cavalcanti (ana.rcavalcanti@ufpe.br)*

O direito à cidade está associado à garantia de que todas as pessoas possam usufruir, de forma justa e igualitária, dos espaços e serviços ofertados pelo ambiente urbano. No Brasil, esse conceito relaciona-se diretamente à promoção da cidadania e dos direitos humanos, indicando que as cidades devem assegurar acesso ampliado à educação, cultura, lazer e informação. Em territórios vulnerabilizados, a falta de equipamentos culturais e comunitários aprofunda desigualdades sociais, prejudicando o desenvolvimento humano e coletivo. Nesse cenário, as bibliotecas públicas, e de modo particular as bibliotecas parque, assumem papel significativo na democratização do conhecimento, na ampliação da participação social e na criação de espaços de convivência e integração comunitária. O objetivo do estudo busca discutir a relação entre cidade e cidadania, destacando o papel das políticas públicas na construção de territórios com infraestrutura sociocultural capaz de reduzir desigualdades. A pesquisa enfatiza as bibliotecas públicas, especialmente as bibliotecas-parque, como equipamentos urbanos essenciais para assegurar a circulação da informação, o acesso à cultura e a promoção de inclusão social. O estudo foi realizado por meio de revisão sistemática da literatura, abarcando publicações nacionais entre 2015 e 2025. Foram consultados bancos de dados

acadêmicos da CAPES e IBICT, utilizando palavras-chave combinadas: bibliotecas-parque+bibliotecas públicas; bibliotecas- parque+cidadania; bibliotecas-parque+equipamentos urbanos e bibliotecas- parque+inclusão social. O levantamento permitiu mapear a evolução conceitual do modelo de bibliotecas-parque, sua implantação no Brasil e os impactos observados em comunidades atendidas por esses equipamentos. A análise identificou que o direito à cidade depende da participação ativa da população na construção do espaço urbano e de políticas públicas que garantam acesso efetivo a serviços culturais e educacionais, os equipamentos urbanos comunitários aparecem como estruturas fundamentais para fortalecer vínculos sociais, facilitar o acesso a direitos e promover bem-estar. Nesse conjunto, as bibliotecas públicas destacam-se por atuarem como centros de informação, cultura, tecnologia e convivência. As bibliotecas-parque ampliam essas funções ao integrarem serviços culturais, mediação comunitária, atividades educativas, acesso digital, espaços de lazer e ambientes acolhedores. Inspirado em modelos internacionais, esse formato chegou ao Brasil com destaque para o Rio de Janeiro, influenciando também iniciativas em outros estados. Os estudos analisados apontam que essas bibliotecas têm contribuído para ampliar o acesso à leitura, fortalecer redes comunitárias e reduzir desigualdades socioterritoriais, especialmente em áreas marcadas por vulnerabilidade. Os resultados indicam que garantir o direito à cidade requer políticas públicas que assegurem infraestrutura sociocultural capaz de promover inclusão, participação e igualdade de oportunidades. As bibliotecas públicas, em especial as bibliotecas-parque, constituem equipamentos urbanos estratégicos para democratizar o acesso à informação, ampliar a vida cultural da cidade e fortalecer a cidadania. Sua integração ao planejamento urbano e às políticas educacionais e culturais é fundamental para a construção de cidades mais justas, humanas e participativas.

Palavras-chave: direito à cidade; cidadania; biblioteca-parque; biblioteca pública.